

RESSITUANDO A GENTRIFICAÇÃO: a classe popular, a ciência e o Estado na pesquisa urbana recente¹

*Loïc Wacquant**

Este artigo amplia o diagnóstico de Tom Slater sobre as causas da gentrificação da pesquisa recente sobre gentrificação.² Ele argumenta que o deslocamento de denúncia para celebração da gentrificação, a elisão do deslocamento dos residentes estabelecidos e o foco eufemístico em “mesclagem social” participam de um padrão de invisibilidade da classe operária na esfera pública e na investigação social. Essa obliteração do proletariado na cidade é reforçada pela heteronomia crescente da pesquisa urbana, na medida em que ela se torna mais ligada estreitamente aos interesses dos governantes da cidade. Ambas as tendências revelam e incitam a transformação do papel do Estado, de provedor de assistência social para populações de renda mais baixa para o de fornecedor de serviços e amenidades empresariais para urbanitas de classe média – e alta –, entre os quais a limpeza, no ambiente construído e nas ruas, dos detritos físicos e humanos engendrados pela desregulação econômica e o corte de gastos de previdência social. Para construir melhores modelos do nexo em transformação entre classe e espaço na cidade neoliberal, precisamos ressituar a gentrificação numa perspectiva mais ampla, revisando a análise de classe para capturar a (de)formação do proletariado pós-industrial, resistindo às seduções das problemáticas pré-fabricadas das ações políticas e dando destaque ao Estado como produtor da desigualdade socioespacial.

PALAVRAS-CHAVE: gentrificação, espaço urbano, classes, política, sociologia urbana.

O artigo provocador de Tom Slater sobre *The Eviction of Critical Perspectives from Gentrification Research* [A evicção de perspectivas críticas na pesquisa em gentrificação] é uma advertência oportuna para os estudiosos de classe, espaço e ação política na cidade. Ele aponta para uma guinada surpreendente e uma tendência perturbadora nos estudos recentes sobre gentrificação, nos termos dos quais a encampação de áreas operárias por residentes e atividades de classe média – e alta – é crescentemente apresentada como um bem coletivo, senão como um *boom*. Ao focalizar as práticas e aspirações dos gentrificadores de maneira estreita e com lentes conceituais cor-de-rosa, para a qua-

se completa desconsideração dos ocupantes postos de lado e expulsos pelo redesenvolvimento urbano, esse conhecimento papagueia a retórica empresarial e governamental reinante, que equipara a reforma da metrópole neoliberal com o advento de um paraíso social de diversidade, energia e oportunidade. Mas o diagnóstico de Slater das facetas e causas do que pode ser formulado como *a gentrificação da pesquisa em gentrificação* após o fim da era fordista-keynesiana não aprofunda o bastante e, como resultado, seu apelo para “resgatarmos o termo daqueles que edulcoraram o que há nem tanto tempo era ‘um mundo sórdido’” (Slater, 2006, p. 737) corre o risco de não ser suficiente para seus objetivos tanto na frente científica como na política.³

O trânsito da denúncia ácida para a celebração superficial da gentrificação, a elisão do deslo-

* PhD em Sociologia pela Universidade de Chicago. Professor de Sociologia da University of Califórnia-Berkeley e pesquisador do Centre de Sociologie Européenne, Paris. Department of Sociology, 410 Barrow Hall - University of California, Berkeley, CA 94720, USA. loic@berkeley.edu

¹ Tradução: Renato Aguiar.

² N. Editor: o autor usa “gentrificação da pesquisa” para, num jogo metafórico, indicar que a análise do processo de gentrificação resulta também de um deslocamento da perspectiva analítica dos estudos urbanos e da ação política sobre as cidades no contexto contemporâneo, que desconsidera as relações de classe na esfera pública e na investigação social.

³ Um argumento mais elaborado do que pode ser apresentado aqui, devido a limitações de espaço, discutiria os momentos analítico e político separadamente, procedendo, em seguida, à sua vinculação. O raciocínio seria o mesmo com gentrificação, conforme é desdobrado para extrair as implicações de “polarização urbana a partir de baixo” para a teoria social e as políticas públicas (Wacquant, 2008, p. 247-56).

camento dos residentes estabelecidos dos guetos de *status* socioeconômico mais baixo, o foco insípido em “mesclagem social” e a evocação eufemística da “residencialização” não são desenvolvimentos isolados peculiares ao estudo de melhoramento de bairros. Eles participam e compartilham um modelo mais amplo de *invisibilidade da classe operária* na esfera pública e na investigação social ao longo das últimas duas décadas. Essa obliteração literal e figurada do proletariado na cidade é reforçada pela heteronomia crescente da pesquisa urbana, na medida em que ela se torna mais estreitamente ligada aos interesses e perspectivas dos governantes da cidade, e correspondentemente desligada das agendas teóricas autodefinidas e autopropelidas. E, por sua vez, ambas as tendências revelam, confirmam e incitam o *papel em transformação do Estado*, de provedor de assistência social para populações de renda mais baixa a fornecedor de serviços e amenidades empresariais para urbanitas de classe média – e alta – principalmente, entre eles, a limpeza, no ambiente construído e nas ruas, dos detritos físicos e humanos engendrados pela desregulação econômica e o corte de gastos de bem-estar social, de modo a renovar a cidade como local aprazível de e para o consumo burguês (Wacquant, 2009). Eu tomo cada uma dessas questões em sequência, com vistas a aguçar e ampliar a exortação de Slater sobre a reflexão crítica na pesquisa em gentrificação.

A CLASSE OPERÁRIA DESVANECENTE NA ESFERA PÚBLICA E NA PESQUISA URBANA

Qualquer estudo rigoroso de gentrificação pareceria, *ex definitionis*, agrupar as trajetórias dos membros estabelecidos das classes mais baixas e dos recém chegados de classes mais altas, disputando o destino da área reformada, pois esse nexo de classe forma o próprio coração do fenômeno (Glass, 1964; Lees *et al.*, 2007). Não obstante, Slater relata que os deslocamentos sociais e espaciais causados pelo melhoramento de bairros virtualmente desapareceram da pesquisa recente, e ele argumenta

que “a razão por que o deslocamento foi deslocado ‘é essencialmente metodológica’” (Slater, 2006, p. 748). Mas a ausência física daqueles desalojados do bairro não chega a explicar por que os pesquisadores não alargam o escopo de sua observação a fim de capturar sua peregrinação pelo espaço urbano, ou não recorrem a metodologias diferentes (como rastrear um painel de ex-moradores ou levantar histórias de vida estendidas) para documentar a turbulência habitacional que fermenta a base da estrutura urbana. Certamente, esses obstáculos “metodológicos” não embaraçaram a geração fundadora dos estudiosos da gentrificação! A evaporação empírica dos exilados da classe operária da literatura sobre áreas renovadas não resulta de técnicas inadequadas de pesquisa: ela espelha a fragmentação objetiva da classe operária industrial, na encarnação histórica na qual nós a conhecemos durante o longo século (1870-1970) do industrialismo, culminando com a maturação conjunta do regime de produção fordista e do Estado keynesiano, e a sua marginalização correlata nos campos político e intelectual.

Com a desindustrialização e o deslocamento para empregos de serviço desregulados, a expansão do desemprego em massa e da instabilidade do trabalho, e a universalização da escolaridade como meio de acesso até para empregos desqualificados, a classe operária unificada e compacta, que ocupava a boca de cena da história até a década de 1970, se contraiu, fragmentou e dispersou. Juntamente com empregados de baixo nível do setor de serviços, os trabalhadores continuam a compor a maioria da população ativa da maioria dos países (Marchand e Thélot, 1997; Wright, 1997), mas sua morfologia foi refeita mediante o aprofundamento das divisões de qualificações, *status* do emprego e estratégia de reprodução, bem como pela dispersão espacial. Muitas famílias operárias deixaram habitações públicas, ingressaram em condomínios *tract housing* ou migraram para fora da cidade em busca de alojamento mais barato. Mais crucialmente, essas mudanças morfológicas foram acompanhadas por uma *desmoralização e desvalorização simbólica coletivas* no debate cívico

co e científico, enquanto os sindicatos declinavam e os partidos de esquerda se moviam para a direita. As classes médias educadas e os paladinos dos setores financeiro, cultural e tecnológico que conduzem o capitalismo neoliberal agora ocupam o centro cultural e eleitoral; seus pontos de vista e aspirações dominam a discussão pública e orientam igualmente as ações de políticos e governos. Existem operários, com certeza, mas a classe operária como tal é antiquada, inescrutável e despercebida, senão invisível.⁴

Em vez de rastrear os mecanismos e modalidades de *decomposição de classe* e seus correlatos espaciais com o mesmo interesse com que lidaram com consolidação e conflito de classe numa era anterior e em vez de sondar como a desproletarização e a informalização do emprego estão moldando o proletariado urbano emergente da virada do século, os pesquisadores deram as costas a isso, ao tempo em que os estudos clássicos sobre “bairros tradicionais de classe operária” dissecados por Topalov (2003) desapareceram, sendo substituídos por investigações sobre etnicidade e segregação, por um lado, e pobreza urbana e criminalidade de rua, por outro. Para cada livro sobre áreas de classe mais baixa, focalizando a estrutura social e a vida cotidiana entre trabalhadores (como Schwartz, 1990, e Kefalas, 2003), há dúzias centrados sobre isolamento racial, tensão étnica e sucessão cultural (e.g., Hartigan, 1999; Small, 2004; Sharman, 2006; Wilson e Taub, 2006), e mais uma dúzia sobre imigração, violência e economia informal (Bourgois, 1995; Lepoutre, 2005; Smith, 2005; Venkatesh, 2006).

À base da ordem metropolitana, a linguagem de classe foi suplantada pelos tropos da “subclasse”, nos Estados Unidos, e da “exclusão”, na Europa Ocidental, onde quer que bairros de classe operária tenham sido submetidos à involução, e pelo tema da “regeneração” e “renascimento” naquelas áreas assumidas por classes mais altas que migram de retorno à cidade

dual. Quando pesquisadores da gentrificação ignoram as tribulações de residentes de classe operária deslocados por aluguéis cada vez mais caros, opções residenciais minguantes e políticas de Estado que apoiam o desenvolvimento empresarial e o assentamento da classe média, eles estão seguindo o modelo geral de cegueira de classe dos pesquisadores urbanos, exatamente quando as desigualdades de classe se agudizam diante dos seus olhos.⁵

A crescente heteronomia da investigação urbana

O colapso da classe operária industrial não é a única causa para o seu virtual desaparecimento da investigação social e para a reencarnação de seus territórios estabelecidos nas figuras do “gueto étnico” e da região infame de vício e violência (Wacquant, 2008). Outro fator maior aqui em jogo é a subserviência crescente da pesquisa urbana aos interesses, categorias e disposições dos fazedores de políticas e de opinião.

Há vinte anos, as investigações sobre classe e cultura na cidade eram marcadas por batalhas das escolas teóricas que disputavam o domínio intelectual: ecologia humana, marxismo, política econômica weberiana e uma corrente culturalista insurgente, alimentada por teorias de identidade, feminismo e pós-modernismo (Logan, Molotch, 1987; Hayden, 1986; Walton, 1990). Mas, no novo clima de desencanto político e de retirada do Estado, engendrado pelo colapso concorrente da União Soviética e pela hegemonia ascendente do neoliberalismo, o radicalismo intelectual retrocedeu e depois se separou da realidade. As “falsas promessas do marxismo” e a “miragem da mudança cultural” – para pegar emprestadas as palavras de Michael Storper (2001) – deixaram um vazio

⁴ Para um contraste brutal com a centralidade da classe operária numa era anterior da pesquisa inspirada pelo marxismo, leia o relato analítico de Katznelson (1992: 203-56) sobre como “*Working Classes Map the City* [Classes operárias desenham a cidade]”.

⁵ Desde 2000, esse periódico publicou tão somente um artigo que apresentava as palavras “classe operária” em seu título (Watt, 2006), de um volumoso total de nove com a palavra “classe” (mais amiúde qualificada por “média” e seus equivalentes). É interessante observar que, entre os termos mais frequentes nos títulos, estão: globalização, governança, exclusão, escala, movimento social, rede, empresa e etnicidade, isto é, ingredientes principais da “neolingua neoliberal” (Bourdieu; Wacquant, 2001).

teórico escancarado, o qual logo foi preenchido pelas atrações prosaicas de conduzir pesquisas sobre questões tópicas e pela urgência de encontrar financiamentos.⁶ Hoje em dia, a pesquisa urbana é orientada principalmente pelas prioridades dos gestores do Estado e pelas preocupações da mídia dominante. O panorama das investigações sociológicas recentes sobre *The Texture of Hardship* [A textura da privação] na metrópole norte-americana abre com essa nota:

A década que se estende de 1995 a 2005 viu muitas novas vias de pesquisa se desenvolverem entre sociólogos qualitativos interessados em pobreza. A reforma da Previdência Social, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1996, chamou a atenção para o mundo do trabalho de baixa renda conforme jornalistas e pesquisadores igualmente começaram a perceber que a pobreza era tanto, senão mais, uma questão de salários inadequados quanto uma consequência da dependência da Previdência Social. Os empregadores emergiram como atores cujas expectativas, orientações normativas e distância cultural do mundo da baixa renda desempenham um papel poderoso na classificação dos que procuram emprego como histórias de sucesso e fracassos excluídos. Os pesquisadores deram uma atenção renovada a modelos de formação familiar entre os pobres (Newman, Massengill, 2006, p. 423).

“A reforma da Previdência Social chamou a atenção”: esse trecho é eloquente sobre como os desenvolvimentos políticos e as carreatas de financiamento que eles criam conduzem a agenda intelectual. Na década de 1980, a “subclasse” chegou a monopolizar a atenção dos pesquisadores norte-americanos, seduzindo inicialmente fundações filantrópicas e depois jornalistas e formuladores de políticas, com suas conotações morais e raciais repugnantes (Katz, 1989). Depois de 1996, da noite para o dia, a noção foi descartada sem protestos do palco intelectual, dando lugar a estudos sobre a brava gente de baixa renda que fazia a sua transição da “previdência para o trabalho”, sobre as famílias que as sustentavam, os empregadores que se apressavam ou se recusavam a contratá-los, e os

burocratas que supervisionavam as suas carreiras (compare, por exemplo, Jencks, Peterson, 1991, com Hays, 2003). Na União Europeia, o Programa de Metas Socioeconômicas sobre Exclusão e Integração desviou semelhantemente os pesquisadores do estudo do desemprego em massa e seu impacto espacial para a nova problemática burocrática de “exclusão” e “integração”. Na França, Holanda, Alemanha e Bélgica, as tensões políticas em torno da imigração pós-colonial e da deterioração da habitação pública alimentaram uma onda de estudos e de programas de avaliação de políticas de “mesclagem de bairros”, “construção comunitária” e combate à criminalidade, todos centrados em bairros operários, mas evitando escrupulosamente as fundações socioeconômicas da degradação urbana, ficando em bons termos com o intento de políticos de desdobrar território, etnicidade e insegurança como cortina de fumaça para obscurecer a dessocialização do trabalho assalariado e seu impacto nas estratégias de vida e nos espaços do proletariado emergente (Wacquant, 2006).

Assim, quando pesquisadores da *gentrificação* apresentam relatos cor-de-rosa sobre a “renovação” do bairro como uma “solução urbana” para os males da decadência socioespacial, em fileira cerrada com as opiniões das elites governantes e empresariais, eles estão em boa companhia: o seu é apenas um caso agudo da doença comum da heteronomia que aflige, com virulência crescente, amplos setores da pesquisa social em geral e da pesquisa urbana em particular.⁷

⁷ É claro, o cabo de guerra entre autonomia e heteronomia é atravessado de tensões e contradições que precisariam ser mapeadas. Porém o pêndulo moveu-se definitivamente em favor daquela última. Na França, por exemplo, os sociólogos da cidade mudaram-se do “polo crítico” para o “polo técnico” e de orientações acadêmicas para profissionais (Lassave, 1997, p. 23-9); enquanto a geração estruturalista negou a si mesma subvertendo sistematicamente demandas do Estado, a tropa corrente as acompanhou amplamente e até antecipou. A mutação do trabalho de Jacques Donzelot, de crítico foucaultiano da disciplina do Estado a advogado do Estado como “animador da sociabilidade do bairro” é emblemática dessa deriva coletiva.

⁶ A análise de Milicevic (2001) da “desradicalização” da Nova Sociologia Urbana dos anos 1960 e 1970 poderia ser estendida, com qualificações adequadas (deslocando-se do nível das interações pessoais para aquele das estruturas de posições no campo intelectual), da Grã-Bretanha à França e aos Estados Unidos.

O Estado como dono de casa e agência de purificação das ruas

É revelador que os 26 volumes da *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Science* [Enciclopédia Internacional da Ciência Social e Comportamental], organizada por Neil Smelser e Paul Baltes (2004), não contenha uma entrada sobre *gentrificação*. O termo aparece como subtema sob as entradas “revitalização do bairro” e “desenvolvimento comunitário” e “bairro”, onde se lê:

No interior do grupo de *parcerias público-indivíduos*, o fenômeno mais proeminente é a *gentrificação*, a entrada de residentes de classe média em bairros de baixa renda, usualmente na vizinhança de áreas empresariais centrais pulsantes de cidades. A despeito da frequentemente percebida e amiúde denunciada consequência de deslocamento de residentes veteranos pobres, os processos de *gentrificação* têm sido encorajados pelas câmaras municipais na Europa e na América, especialmente através de regulamentações capacitantes e de isenção de impostos. Outro processo nesse grupo é o de *habitação e melhoramento do bairro* por residentes beneficiados. A gente local investe recursos próprios na melhoria do *habitat*, e frequentemente consegue receber pelo menos alguma assistência de órgãos voluntários e públicos. E, por último, mas não de somenos importância, está o *melhoramento de bairros por imigrantes*... O que é comum a esses três processos é que geralmente eles começam como investimentos privados espontâneos, os quais posteriormente recebem apoio de agências públicas locais. Juntos, eles estão mudando partes de nossas velhas cidades e bairros (Carmon, 2004, p. 10493).

Eu cito esse artigo não só porque confirma a tese principal de Slater, mas porque, embora mencione o papel das agências públicas, ele subestima vastamente o seu ritmo, o seu alcance e os seus efeitos. É mais que tempo de os estudiosos da *gentrificação* reconhecerem que o principal motor por trás da (re)alocação de pessoas, recursos e instituições na cidade é o Estado.

Slater (2006, p. 746-7) arrola, entre as causas da *evicção* de perspectivas críticas sobre *gentrificação*, “a resiliência das disputas teóricas” que paralisaram e esterilizaram o debate. Mas a oposição ritualizada entre a explicação econômica de Neil Smith e a tomada culturalista de David

Ley que Slater recapitula, como o tropo teórico dominante da pesquisa em *gentrificação*, é problemática pelo que deixa de fora: política, programas de ação e o Estado. A tese do “diferencial de renda”, favorecida pelos analistas neomarxistas, a abordagem da “distinção cultural”, adotada pelos neoweberianos ou estudiosos pós-modernistas (que evocam a fraseologia de Bourdieu tão prontamente quanto desconsideram os seus princípios teóricos), e a tese da *globalização* inspirada por Saskia Sassen, todas deixam de fora o papel crucial do Estado na produção não só do espaço, mas do espaço de consumidores e produtores de *habitação*. Logan e Molotch (1987) estavam certos em insistir que lugar não é uma mercadoria comum, mas um campo de batalha entre valor de uso e valor de troca. Mas eles não vão longe o bastante em sua especificação dos parâmetros dessa batalha e, ficando em bons termos com o senso comum estadunidense, subestimam grosseiramente o peso de *Leviatã* nela existente. Pierre Bourdieu ([2000] 2005, p. 30-1) mostrou, em *As estruturas sociais da economia*, que a *habitação* é “o produto de uma dupla construção social, para a qual o Estado contribui crucialmente”, modelando o universo de construtores e vendedores mediante políticas fiscais, bancárias e regulatórias, no lado econômico, e moldando as disposições e capacidades dos compradores de casa (inclusive a propensão para alugar ou comprar), no lado social.

Essa dupla estruturação estatal do “mercado” da *habitação* é então triplicada pela gestão política do planejamento urbano e regional, por mais que suas agências possam ser fracas. Pois, como nos lembraram Tedd Gurr e Desmond King (1987, p. 4) duas décadas atrás, “aqueles que detêm e usam o poder do Estado *podem* permitir que o destino de cidades seja determinado principalmente pela economia privada, mas isto é mais uma questão de escolha pública do que uma necessidade férrea.” O peso do Estado central e local é ainda mais decisivo nos bairros de classe mais baixa, na medida em que os trabalhadores e os pobres são mais dependentes de provisão pública para ter acesso à *habitação* alugada (Harloe, 1995). Mas o

papel do Estado na gentrificação certamente não para na construção e distribuição de habitações ou na conformação do conjunto de compradores de casas: ele se estende à gama de políticas que impactam a vida urbana, desde a manutenção de infraestrutura de escola e transporte até a provisão de amenidades culturais e policiamento. Sem as campanhas de policiamento agressivo das ruas, fomentadas pela implementação do Estado penal no interior e em torno de bairros de rejeição ao longo da década passada (Herbert, 2006; Wacquant, 2009), as classes médias não poderiam ter se mudado para o gueto e a gentrificação não teria se desenvolvido além da aspersão de “ilhas de revitalização dentro de mares de decadência” (Carmon, 2004, p. 10493). De um modo mais geral, o deslocamento histórico do Estado keynesiano dos anos 1950 para o Estado neodarwinista do *fin de siècle*, praticando o liberalismo econômico no topo e o paternalismo punitivo na base, envolve uma mudança oceânica na estruturação do melhoramento de bairros. Aqui, a literatura sobre gentrificação examinada por Slater reproduz para essas áreas a tendência geral da política pública de *invisibilizar o pobre urbano*, seja dispersando-os (como com a demolição e a desconcentração da habitação pública), ou contendo-os em espaços reservados (áreas de perda e estigmatizadas e o sistema prisional expandido ao qual eles são preferencialmente vinculados).

CONCLUSÃO

Para construir modelos melhores do nexo em transformação entre classe e espaço na cidade, nós precisamos fazer mais do que renovar o espírito crítico que animou os pioneiros da pesquisa em gentrificação em razão de um sentimento de lealdade intelectual e reverência ao seu engajamento político: nós precisamos ressituar a gentrificação numa perspectiva analítica mais ampla e mais resoluta. Em primeiro lugar, nós temos de restabelecer e revisar a análise de classe para capturar a (de)formação do proletariado pós-industrial e ins-

crever a evolução das “áreas revitalizadas” no seio das estruturas totais do espaço social e urbano e suas renovações. Em segundo, nós devemos resistir melhor às seduções das problemáticas pré-fabricadas de agendas de planos de ação e de pesquisa avançada, ostentando uma separação maior dos imperativos dos governantes das cidades e trazendo conosco uma carga teórica mais elevada. E, em terceiro, nós devemos dar lugar de destaque ao Estado como gerador de desigualdade socioespacial na metrópole dual. Pois, assim como o destino dos bairros de rejeição que supuram ao fundo do sistema de lugares que compõe a metrópole (Wacquant, 2008, p. 283-4), a trajetória das áreas gentrificadas no século XXI é economicamente subdeterminada e politicamente *sobredeterminada*. Cabe a nós, portanto, restaurar a primazia do político em nossos esforços para dissecar analiticamente e praticamente redirecionar a transformação social da cidade neoliberal.

(Recebido para publicação em janeiro de 2010)
(Aceito em março de 2010)

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *The social structures of the economy*. Cambridge: Polity Press, [2001] 2005.
- _____, P.; L. WACQUANT. Neoliberal newspeak. *Radical Philosophy*, 105, 2-5, 2001.
- BOURGOIS, P. *In search of respect: selling crack in El Barrio*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995.
- CARMON, N. Neighborhood: general. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. (Orgs.) *International Encyclopedia of the social & Behavioral Sciences*. Oxford: Elsevier, 2004.
- GLASS, R. *London: aspects of change*. Londres: McGibbon and Kee, 1964.
- GURR, T.R. e KING, D. *The state and the city*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- HARLOE, D. *The people's home? Social rented housing in Europe and in America*. Oxford: Basil Blackwell, 1995.
- HARTIGAN, J. *Racial situations: class predicaments of whiteness in Detroit*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1999.
- HAYDEN, D. *Redesigning the American dream: gender, housing, and family life*. Nova Iorque: W. W. Norton, 1986.
- HAYS, S. *Flat broke with children: women in the age of welfare reform*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

- HERBERT, S. *Citizens, cops, and power: recognizing the limits of community*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- JENCKS, C.; PETERSON, P. E. (Orgs.) *The urban underclass*. Washington, D. C.: The Brookings Institution, 1991.
- KATZ, M. B. *The undeserving poor: from the War on Poverty to the War on Welfare*. Nova Iorque: Pantheon, 1989.
- KATZNELSON, I. *Marxism and the city*. Clarendon: Oxford University Press, 1992.
- KEFALAS, M. *Working-class heroes: protecting home, community, and nation in a Chicago neighborhood*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- LASSAVE, P. *Les Sociologues et la recherche urbaine dans la France contemporaine*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1997.
- LEES, L., T. SLATER; E. WYLY. *Gentrification*. Londres: Routledge, 2007.
- LEPOUTRE, D. ; CANNOODT, I. *Souvenirs de familles immigrées*. Paris: Odile Jacob, 2005.
- LOGAN, J. R.; MOLOTCH, H.L. *Urban fortunes: the political economy of place*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- MARCHAND, O.; THELOT, C. *Le travail en France, 1800–2000*. Paris: Nathan, 1997.
- MILICEVIC, A. S. Radical intellectuals: what happened to the new urban sociology? *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 25, n. 4, p. 759–83, 2001.
- NEWMAN, K. S.; MASSENGILL, R. Peoples The texture of hardship: qualitative sociology of poverty, 1995–2005. *Annual Review of Sociology*, n. 32, p. 423–46, 2006.
- SCHWARTZ, O. *Le Monde privé des ouvriers. Hommes et femmes du Nord*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- SHARMAN, R. L. *The tenants of East Harlem*. Berkeley: University of California Press, 2006.
- SLATER, T. The eviction of critical perspectives from gentrification research. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 4, p. 737–57, 2006.
- SMALL, M. *Villa Victoria: the transformation of social capital in a Boston Barrio*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- SMELSER, N.J.; BALTES, P.B. (Orgs.) *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*. Oxford: Elsevier Science, 2004.
- SMITH, R. *Mexican New York: transnational lives of new immigrants*. Berkeley: University of California Press, 2005.
- STORPER, M. The poverty of radical theory today: from the false promises of Marxism to the mirage of the cultural turn. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 25, n. 1, p. 155–79, 2001.
- TOPALOV, C. Traditional working-class neighborhoods: an inquiry into the emergence of a sociological model in the 1950s and 1960s. *Osiris*, n. 18, p. 213–33, 2003.
- VENKATESH, S.A. *Off the books: the underground economy of the urban Poor*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- WACQUANT, L. Ghetto, banlieues, État: réaffirmer la primauté du politique. *Nouveaux Regards*, n. 33, p. 62–6, 2006.
- _____. *Urban outcasts: a comparative sociology of advanced marginality*. Cambridge: Polity Press, 2008.
- _____. *Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity*. Durham e Londres: Duke University Press, 2009. [Tradução em português: *Punir os pobres* (Revan, 2004; nova edição ampliada e revista *Onda punitiva*, 2008).
- WALTON, J. Urban sociology: the contribution and limits of political economy. *Annual Review of Sociology*, n. 19, p. 301–20, 1990.
- WATT, P. Respectability, roughness and ‘race’: neighbourhood place images and the making of working-class social distinctions in London. *International Journal of Urban and Regional Research*, 30, 4, 776–97, 2006
- WILSON, W.J. e R. TAUB *There goes the neighborhood: racial, ethnic, and class tensions in four Chicago neighborhoods and their meaning for America*. Nova Iorque: Knopf, 2006.
- WRIGHT, E. O. *Class counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RELOCATING GENTRICATION: the working class, science and the state in recent urban research

Loïc Wacquant

This article amplifies Tom Slater's diagnosis of the causes of the gentrification of recent gentrification research. It argues that the shift from the denunciation to the celebration of gentrification, the elision of the displacement of the established residents, and the euphemistic focus on 'social mixing' partake of a broader pattern of invisibility of the working class in the public sphere and social inquiry. This effacing of the proletariat in the city is reinforced by the growing heteronomy of urban research, as the latter becomes more tightly tethered to the concerns of city rulers. Both tendencies, in turn, reveal and abet the shifting role of the state from provider of social support for lower-income populations to supplier of business services and amenities for middle – and upper-class urbanites – among them the cleansing of the built environment and the streets from the physical and human detritus wrought by economic deregulation and welfare retrenchment. To build better models of the changing nexus of class and space in the neoliberal city, we need to relocate gentrification in a broader and sturdier analytic framework by revising class analysis to capture the (de)formation of the postindustrial proletariat, resisting the seductions of the prefabricated problematics of policy, and giving pride of place to the state as producer of sociospatial inequality.

KEYWORDS: gentrification, urban space, class, politics, urban sociology.

MISE EN SITUATION DE L' ANOBLISSEMENT: la classe ouvrière, la science et l'État dans la recherche urbaine récente

Loïc Wacquant

Cet article amplifie le diagnostic de Tom Slater sur les causes de la "gentrification" des études récentes sur la "gentrification" urbaine. Le glissement de la dénonciation à l'éloge de la gentrification, l'émission du déplacement forcé des habitants établis et la focalisation euphémistique sur la "mixité sociale" s'inscrivent dans un schéma plus large d'invisibilisation de la classe ouvrière dans la sphère publique et les investigations sociologiques. Cet effacement du prolétariat des métropoles est renforcé par l'hétéronomie croissante de la recherche urbaine, plus étroitement liée que jamais aux préoccupations des dirigeants de la ville. Ces deux tendances révèlent et facilitent la mutation du rôle de l'État, de fournisseur de soutiens sociaux aux populations démunies en agence de services et d'équipements marchands pour citoyens des classes moyennes et supérieures – au premier rang desquels figure le nettoyage de l'environnement bâti et des rues des détritiques humains et matériels engendrés par la dérégulation de l'économie et le recul de la protection sociale. Pour construire de meilleurs modèles des rapports changeants entre classe et espace dans la ville néolibérale, il faut replacer la gentrification des quartiers populaires dans un cadre analytique élargi et renforcé en réélaborant l'analyse de classe pour saisir la (dé)formation du prolétariat post-industriel, en résistant aux séductions des problématiques préfabriquées de politique publique, et en accordant une place centrale à l'État en tant que producteur d'inégalités sociospatiales.

MOTS-CLÉS: anoblissement, espace urbain, classes, politique, sociologie urbaine.

Loïc Wacquant - PhD em Sociologia pela Universidade de Chicago. Professor de Sociologia da University of California-Berkeley e pesquisador do Centre de Sociologie Européenne, Paris. Autor de vários livros sobre teoria sociológica, desigualdades e segmentação urbana, dominação racial, violência e corpo, onde se destacam, no Brasil: *Os condenados da cidade* (Revan, 2001); *Corpo e alma* (Relume Dumará, 2002); *Punir os pobres* (Revan, 2004); *O mistério do ministério* (Revan, 2005) e *As duas faces do gueto ...* (Boitempo, 2007). O seu livro *An invitation to reflexive sociology* com Pierre Bourdieu (1992) foi traduzido para dezenove idiomas. É co-fundador e co-editor da revista *Ethnography*.